**Políticas de incentivo à agricultura familiar e escoamento da produção: do campo à cidade**

A problemática da insegurança alimentar assola o mundo e no Brasil não é diferente. O avanço desenfreado do capitalismo no campo brasileiro tem provocado um aumento da produção de grãos, de commodities e de lucros exorbitantes e, na mesma proporção, amplia a desigualdade, a destruição da natureza e também, a fome, que assola a população rural como também a urbana. Sendo a lógica da produção agrícola capitalista a acumulação de capital e não a produção de alimentos de consumo imediato, a carência de alimentos se faz cada dia mais evidente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo no país. Nesse texto abordarei as políticas voltadas à agricultura familiar no Brasil no tocante ao reconhecimento, a delimitação conceitual, a valorização e os investimentos na área, como também a criação de mecanismos para fazer com que o alimento chegue à mesa dos brasileiros, quer seja pelas feiras agroecológicas, feiras da agricultura familiar, pela merenda escolar e pelos programas de restaurantes populares. Essas políticas não resolverão o problema da fome e da insegurança alimentar no Brasil, que é estrutural, mas, se aliadas a outras políticas de emprego e renda, podem ser um prenúncio de dias melhores e comida no prato.

**Palavras chave**: Insegurança alimentar. Fome. Agronegócio. Política pública. Agricultura familiar.

JEL: Q12. JEL: Q13. JEL: Q18. JEL: Q58.

**Incentive policies towards family farming and production outflow: from the countryside to the city**

The problem of food insecurity ravages the world and Brazil is no different. The unbridled advance of capitalism in the Brazilian countryside has caused an increase in the production of grans, commodities and exorbitant profits. In the same proportion are increased inequality, destruction of nature and hunger, which plagues the rural population as well as the urban one. Since the logic of capitalist agricultural production is the accumulation of capital and not the production of food for immediate consumption, the lack of food becomes more and more evident every day. Data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) indicate that family farming is primarily responsible for the production of food available for consumption in the country. In this work, I will address the policies aimed at family farming in Brazil in terms of recognition, conceptual delimitation, valuation and investments in the area, as well as the creation of mechanisms to ensure that food reaches the table of Brazilians, whether through agroecological and family farming fairs, school lunches and popular restaurant programs. These policies will not save the problem of hunger and food insecurity in Brazil, which is structural, but if combined with other employment and income policies, they could be a harbinger of better days and food on the plate.

**Keywords:** Food insecurity. Hunger. Agribusiness. Public policies. Family farming.

**Políticas de incentivo à agricultura familiar e escoamento da produção: do campo à cidade**

 O Brasil é um dos principais produtores e exportadores de alimentos do mundo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil continua na quarta posição na produção mundial de grãos (arroz, cevada, milho, soja e trigo) atrás dos Estados Unidos e China, que são os líderes, seguidos da Índia e Brasil.  Porém, em 2023, a previsão é de o Brasil superar a Índia e se tornar o terceiro produtor mundial (GUARALDO, 2022). A produção estimada de grãos para o ciclo 2022/2023 é de 315 milhões de toneladas, um acréscimo de 15% em relação ao período anterior, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2023). Esses números indicam o potencial produtor agrícola que o país tem.

Outros dados indicam que as exportações do agronegócio somaram US$ 159,09 bilhões em 2022, com alta de 32% em relação ao ano anterior. De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) do Ministério da Agricultura e Pecuária, o que influenciou esse desempenho foram os preços internacionais das commodities agrícolas (BRASIL, 2023).

A problemática da insegurança alimentar assola o mundo e no Brasil não é diferente. O avanço desenfreado do capitalismo no campo brasileiro tem provocado um aumento da produção de grãos, de commodities e de lucros exorbitantes e, na mesma proporção, amplia a desigualdade, a destruição da natureza e, a fome, que assola a população rural como também a urbana.

Em contrapartida, no mesmo período de aumento de produção de alimentos e de altos lucros do agronegócio (2020-2022), na mesma proporção, o país produziu índices de miséria, insegurança alimentar e fome, ao ponto de em 2022 atingir o patamar de 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer e, atualmente, mais de 58% da população convive com a insegurança alimentar em algum grau (leve, moderada ou grave) (REDE PENSSAN, 2021).

Esse contraste entre o desenvolvimento das forças produtivas e a presença de contingentes populacionais submetidos à miséria e à fome é prova do fracasso do capitalismo como projeto civilizatório. Em uma sociedade mercantilizada e com grande concentração de renda, como a brasileira, quem é privado de dinheiro não tem acesso à comida. Essa contradição entre ampliação da riqueza e a perpetuação das carências sociais são faces da relação capital-trabalho, da extração da mais valia que impulsiona a acumulação do capital, já denunciada por Marx (2013) e Engels (2010) em suas análises sobre a sociedade do capital.

De acordo com Plinio de Arruda Sampaio Junior (2023), “a miséria em grande escala funciona, assim, como uma âncora que reduz o custo de reprodução da força de trabalho, potencializando a extração de mais valia e a elevação da taxa de lucro”. Segundo ele, “a relação entre acumulação de capital e acumulação de pobreza é direta e inexorável” e tem a ver com a taxa de exploração do trabalho.

O grau de desigualdade em cada formação social é produzido historicamente de acordo com as condições objetivas e subjetivas, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, pela estrutura técnica e financeira do capital que determinam as taxas de produtividade e de exploração do trabalho bem como pela correlação de forças entre o capital e o trabalho na luta pela determinação dos salários (SAMPAIO JUNIOR, 2023). Nessa luta em que as armas de combate são o capital, a propriedade direta e indireta dos meios de produção e dos meios de subsistência, óbvio está que o ônus de tal situação recai sobre os pobres. A burguesia enriquece com a miséria dos trabalhadores, entretanto ela não se interessa e não assume a responsabilidade moral por essa miséria. De acordo com Engels, “lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem sorte de encontrar trabalho [...] espera-o um trabalho apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome...” (ENGELS, 2010, p. 61,69).

Essa acepção está na base do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na contradição que permite ser o segundo maior produtor de grãos, responsável por alimentar 800 milhões de pessoas no mundo graças ao agronegócio e ao mesmo tempo ter 116,8 milhões de brasileiras/os convivendo com algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021).

O Brasil é um país de capitalismo dependente e, na divisão internacional do trabalho figura como um produtor agroexportador de matérias primas de base agrícola e mineral. Como a preocupação da burguesia rural não é com a alimentação da população nacional, mas com os lucros provenientes da balança comercial internacional, impacta na inflação dos alimentos, já que o alto preço do dólar torna mais vantajoso para o agronegócio a venda dos seus produtos em moeda estrangeira, ampliando a acumulação do capital. Acresce à busca infindável pelo lucro um outro elemento que foi introduzido no mercado de comercialização dos produtos agrícolas: a especulação financeira sobre os alimentos em forma de commodities que torna os preços muito voláteis e submetidos ao controle total dos monopólios que controlam o mercado financeiro. Estes e outros fatores conjunturais demonstram a complexidade do fenômeno e a falta preocupações da burguesia brasileira com a fome. O motivo da fome, portanto, não está relacionado a escassez de alimentos e nem a dificuldades de produção na agricultura, motivados por questões técnicas, geográficas ou climáticas, é uma questão de concentração de renda e super exploração do trabalho. É também, uma questão política.

Sendo a lógica da produção agrícola capitalista a acumulação de capital e não a produção de alimentos de consumo imediato, a carência de alimentos se faz cada dia mais evidente. A quem cabe então alimentar a população? De onde provém os alimentos in natura que deveriam estar na mesa de todos os brasileiros? Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo no país.

Nesse texto abordarei as políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil no tocante ao reconhecimento, a delimitação conceitual, a valorização e as políticas de financiamento na área, como também a criação de mecanismos para fazer com que o alimento chegue à mesa dos brasileiros, quer seja pelas feiras agroecológicas, feiras da agricultura familiar, pela merenda escolar e pelos programas de restaurantes populares.

Após esta introdução, apresento o contexto sócio histórico de criação do conceito agricultura familiar, que, para além de uma formulação teórico conceitual, tem uma empiria e uma concretude, sendo resultado de múltiplas determinações, incluindo as ações dos sujeitos históricos. Uma dessas determinações é a atuação do Estado como instituição posicionada na luta de classes e que, portanto, em determinadas medidas, precisa agir em função do desenvolvimento social. Isso significa que vai atender demandas de grupos, na maioria das vezes atende aos interesses dos dominantes, em outros, sob forte pressão, precisa articular com os interesses dos dominados. Neste caso, o Estado criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em seguida, discuto outras políticas sociais que são decorrentes, parte ou, subsidiárias desse Programa. Por fim, apresento as feiras da agricultura familiar, ou feiras agroecológicas, que são encontros comerciais semanais em que os produtores rurais expõem os seus produtos à venda direta ao consumidor. Essas feiras ocorrem no âmbito dos municípios em uma articulação União, estados e municípios, como parte da política nacional de incentivo a agricultura familiar, combate à fome, à miséria e a insegurança alimentar. A agricultura familiar leva à mesa do brasileiro o alimento que o agronegócio não produz.

1. **Agricultura familiar no contexto brasileiro: dicotomias capital-trabalho**

Compreendido o contexto sócio econômico ao qual o Brasil está submetido conforme apresentado acima, abordarei as políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e para isso, o papel do Estado é relevante. Em determinados momentos, até mesmo diante da deterioração das formas tradicionais de uso e até mesmo de destruição da força de trabalho, o estado assume um papel regulador, mesmo que a despeito da classe dominante. De acordo com Klaus Offe (1984) em momentos de assimetria profunda nas relações entre os proprietários do capital e proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto através da política social. Entretanto, as ações empreendidas pelo Estado têm movimento, tem contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados, ou seja, não se implementam automaticamente, pois sofre o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais (HOFFLING, 2001).

No decorrer dos anos 1990, no bojo da abertura política pós ditadura civil militar, os movimentos sociais representativos da classe trabalhadora reivindicavam a democratização da sociedade, maior participação nas decisões, na formulação, controle e fiscalização das ações políticas, o que culminou com uma ação mais conciliatória do Estado que introduziu “novos aportes às políticas públicas, como o enfoque territorial, o estímulo à participação dos beneficiários e/ou de suas formas de representação e a organização coletiva dos atores sociais” (HESPANHOL, 2008).

Os movimentos sociais pressionavam para a inserção da função social da terra como condição para a utilização de terras no Brasil. Se essa função não se cumprisse, a terra poderia ser desapropriada para a reforma agrária. O poder dos grandes proprietários de terra impossibilitou a política de reforma agrária como prevista e isso acirrou os conflitos no campo. Essa dicotomia entre o esperado e o realizado levou ao fortalecimento da ação dos movimentos sociais que passaram, então, a pressionar o governo a desapropriar as terras para que a reforma agrária acontecesse. A reação por parte dos detentores do capital foi violenta o que acabou por aprofundar os conflitos no campo, gerando muitas mortes, como as chacinas de Corumbiara (RO), na qual morreram 12 pessoas, e Eldorado dos Carajás (PA), com 21 mortes. Diante do agravamento da violência no campo é que as políticas públicas para o desenvolvimento rural passaram a ser fomentadas e a agricultura familiar tornou-se um conceito para designar práticas de atividades no meio rural desenvolvidas em médias e pequenas propriedades.

De acordo com Cattelan e outros (2020, p. 142), as pressões dos movimentos de trabalhadores rurais e sem terras sobre o governo FHC (1995-1998) resultaram em tentativas de reduzir o conflito agrário o que fez com que priorizasse a criação de assentamentos e o período foi um dos que mais assentou famílias na história da reforma agrária recente no Brasil. Essa situação sócio política também gerou a condição para o fortalecimento da agricultura familiar e o governo distinguiu conceitualmente a agricultura familiar da agricultura patronal. Até então a agricultura familiar era vista como produção de subsistência, atrasada, arcaica, com técnicas rudimentares de produção e de baixa produtividade. Entretanto, sabia-se que para expandir a economia do país era necessário aumentar a produtividade da economia como um todo, minimizar os problemas sociais e gerar renda.

A política pública para a agricultura familiar mais relevante é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995 com o objetivo de estimular a geração de renda, fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Iniciava‑se com o Pronaf a construção de um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares.

A pressão social e a ação dos movimentos sociais de luta pela terra também foram indutoras de mudanças no âmbito da administração estatal, como no caso da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001. No ano de 2006 foi regulamentada a Lei da Agricultura familiar que reconheceu a categoria social, definiu a estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas voltadas para os agricultores familiares. Pode-se inferir que a criação do Pronaf e a política de assentamentos de reforma agrária são as respostas do estado às pressões oriundas das mobilizações sociais. De acordo com Catia Grisa e Sergio Schneider (2015, p. 33),

após a institucionalização do Pronaf as próprias organizações da agricultura familiar começaram a pautar a necessidade do Pronaf atender a diversidade socioeconômica da agricultura familiar, culminando na criação de grupos e linhas direcionadas aos agricultores mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social a exemplo da criação do “pronafinho” em 1997 e do Grupo B9 em 1999.

De acordo com os autores, a preocupação era no sentido de que a continuidade das regras e normas inicialmente estabelecidas no Pronaf reproduzissem desigualdades expressivas no interior da agricultura familiar (Grisa, Shneider, p. 33).

Aliadas às políticas de incentivo à produção da agricultura familiar, outras estratégias de transferência de renda foram adotadas no sentido de combate à fome, à miséria e melhoria da qualidade alimentar da população.

* 1. **Outras estratégias de transferência de renda e combate à fome**

Entre 1998 até meados de 2000 foram criadas ações de transferência de renda que contemplavam a agricultura familiar, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. A partir de 2003 essas três ações foram integradas e incorporadas no Programa Bolsa Família. No início do governo Lula (2003-2006) foi criado o Programa Fome Zero, que daria um novo impulso a essas ações de combate à pobreza rural e urbana.

O combate à fome e a miséria ocuparam lugar de destaque nos governos Lula e Dilma (2003-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). No governo Dilma essas políticas foram potencializadas de duas formas: pela elaboração de políticas de ação imediata sobre os impactos da pobreza com a criação do Plano Brasil sem Miséria[[1]](#footnote-1), do incremento do Programa Bolsa Família[[2]](#footnote-2), criação do Programa Brasil Carinhoso[[3]](#footnote-3) e do Programa Bolsa Verde[[4]](#footnote-4); como também com ações visando a inclusão socioprodutiva da população rural em pobreza extrema por meio da disponibilização de crédito de fomento para a aquisição de insumos e equipamentos, assistência técnica específica para esse público e doação de sementes e tecnologias da EMBRAPA para o início dos processos produtivos (GRISA, SHNEIDER, 2015, p. 34).

Além desses programas, ao longo dos governos acima citados foram criadas outras políticas diferenciadas para a agricultura familiar, como o Programa Garantia Safra (2002), voltado ao segmento mais vulnerável atingidos pelas intempéries da natureza que perdeu a safra por motivos de seca ou excesso de chuvas, principalmente da região nordeste do país, norte do estado de Minas Gerais, e norte do estado do Espírito Santo.

Vou citar também um outro programa subsidiário voltado à melhoria da qualidade de vida e da produção dos agricultores familiares: O Programa de Habitação Rural (2003) que disponibilizou recursos financeiros para a aquisição de materiais para a construção ou reforma de unidades habitacionais de agricultores familiares e trabalhadores rurais, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais, que se enquadravam nos critérios do PRONAF.

Dentro das políticas do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, 2003) é um dos mais importantes pois está ligado a produção e comercialização dos alimentos produzidos na agricultura familiar. Este programa articula a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar (distribuição de alimentos) para a população em vulnerabilidade social. (GRISA, SHNEIDER P. 39), que gera um impacto tanto sobre as populações rurais quanto as urbanas.

O PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais e escoamento da produção da agricultura familiar, fortalecida em 2009 com a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação da Lei nº 11.947, que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos federais que são destinados para a alimentação escolar sejam utilizados para a aquisição de alimentos dos produtores familiares. Mais recentemente, em 2012, foi inserida mais uma modalidade ao PAA que visa ampliar as possibilidades de mercados de aquisição dos produtos.

Trata‑se da Compra Institucional que permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação. Em termos práticos, isto significa o acesso a mercados alimentares demandados por hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. (GRISA, SHNEIDER, 2015, p. 39)

O PAA é um programa estratégico por articular, como se vê, em uma mesma política pública, o apoio à comercialização da produção da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional. Com isso impacta, diretamente, tanto na qualidade de vida dos pequenos e médios produtores rurais que são estimulados a produzir e tem mercado para escoar sua produção, como também na vida da população urbana que tem acesso a alimentação produzida no entorno das cidades, o que faz com que diminua o tempo de transporte e armazenamento, melhorando a qualidade da alimentação diária. Em termos gerais, o PAA

compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, entidades da rede socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social, e destina para a formação de estoques estratégicos (GRISA, PORTO, 2015, p. 156).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o PAA compra alimentos de mais de 140 mil agricultores familiares para abastecer mais de 80 mil entidades de assistência social e a rede de equipamentos públicos. O programa permite a compra de uma grande variedade de produtos, utilizados no abastecimento da rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Banco de Alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares). Além da Conab, o MDS também estabelece parcerias com governos estaduais e municipais para implementação do PAA. (CONCEIÇÃO, 2015, p. 147)

Estas iniciativas têm estimulado governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e têm estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construírem novos mercados públicos e privados. Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm dado outros significados para os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, produção artesanal, cultura, tradição, preservação ambiental etc. (GRISA, SHNEIDER, 2015, p. 39).

Por fim e não menos importante, destaco o Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do governo federal, hoje sob responsabilidade da Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), existe no Brasil desde meados da década de 1950, o que o configura como um dos mais antigos programas de política pública alimentares do Brasil e pode ser considerado um marco nesse quesito pela sua longa e ininterrupta duração, pela abrangência do público atendido, pelos progressos e aperfeiçoamentos e, principalmente, pelas interfaces e pela intersetorialidade de seus objetivos.

Na sua origem tinha um caráter assistencialista e relacionado com o rendimento escolar. Era conhecido como programa da merenda escolar e tinha como um dos seus objetivos oficiais melhorar as condições nutricionais das crianças e diminuir os índices de evasão e repetência, com a consequente melhoria do rendimento escolar (ABREU, 1995). Somente nas primeiras décadas do século XXI que ele deixa de ser pensado como um problema escolar e passa a ser discutido como um problema social e como instrumento de desenvolvimento rural sustentável a partir das compras públicas de alimentos de pequenos agricultores locais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Sua execução é descentralizada e regionalizada, uma articulação integrada entre governo federal, estados e municípios. A gestão e controle cabe à União que repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

A lei prevê o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009)

Diante da condição de país subdesenvolvido posicionado na periferia do capital cujo papel na divisão social do trabalho é produzir e fornecer matéria prima e mão de obra barata, em que a produção agrícola majoritária se empenha em obter altas taxas de lucratividade em mercados financeiros e exportadores, não é de se estranhar o índice de desigualdade social, a pobreza rural e urbana e, em consequência, o baixo acesso a alimentação, origem da insegurança alimentar em que vive maior parte da população brasileira. Diante disto é que

Propõe‑se que os programas alimentares sejam instrumentos do Estado para favorecer a aquisição local de gêneros, preferencialmente de pequenos agricultores e, ao mesmo tempo, oferecer produtos de melhor qualidade nutricional, ambiental e cultural aos escolares, beneficiando a ambos (CONCEIÇÃO, 2015, p. 183)

Esta política pública com esses dois vieses mostra como o dinheiro público pode ser usado para promover justiça social, saúde e desenvolvimento econômico e ambiental. O fato de induzir a aquisição dos alimentos via agricultura familiar viabiliza uma relação do produtor com o mercado, maior equidade no meio rural e gera renda para o agricultor garantir sua segurança alimentar. Por outro lado, possibilita também a aquisição de alimentos mais saudáveis, melhorando a qualidade alimentar. Por fim, por meio da alimentação escolar, pode-se desenvolver hábitos alimentares mais saudáveis, ao possibilitar contato e consumo de alimentos locais mais naturais, sazonais, ecológicos e tradicionais às crianças e jovens da Educação Básica, contrapondo-se ao marketing e a cultura do consumo massificado de produtos industrializados e baixo valor nutricional.

**2 Feira da agricultura familiar**

As políticas públicas de apoio à comercialização da agricultura familiar citados acima como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, têm contribuído na constituição de práticas de comercialização direta produtor/consumidor, como é o caso das feiras livres, do incentivo a comercialização direta para escolas públicas, entidades e, no fomento a implantação de sistemas produtivos diversificados e agroecológicos.

As feiras são mercados abertos que pressupõem o contato direto entre o agricultor ou produtores de um determinado local com o consumidor para vender sua produção. É uma importante estrutura de fomento da economia local e de suprimento de alimentos das cidades e ajudam na promoção do desenvolvimento econômico e social. Oferecem produtos de primeira necessidade, geralmente cultivados, criados, capturados, fabricados, cozidos, defumados ou processados pelo próprio produtor. A feira da Agricultura Familiar tem como intuito inserir os pequenos produtores no mercado de trabalho, gerando emprego e renda e melhorando as condições de vida no campo. Nas feiras os produtores vendem seus produtos diretamente na cidade.

Os produtores que participam da feira da Agricultura Familiar são beneficiários de vários programas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esses programas de incentivo à produção agrícola servem para dar suporte técnico e financeiro aos pequenos produtores inserindo-os no mercado de trabalho e na produção de alimentos, visto que a partir desta produção de hortifrútis os produtores rurais conseguem um complemento na renda familiar muito importante e consequentemente melhoram suas qualidades de vida. Essas feiras são voltadas para os pequenos produtores rurais que são atendidos pelos programas de agricultura familiar e por seguirem métodos tradicionais de cultivo que crescentemente lhes conferem um diferencial qualitativo muito importante, tais produtos são em geral, fruto do trabalho destes núcleos familiares. Possibilitam o acesso dos agricultores ao mercado, gerando renda para compra de produtos para consumo familiar, de forma a ser considerada uma importante Iniciativa para o Fortalecimento da Agricultura Familiar política distributiva, possibilitando que a renda da população permaneça no município contribuindo para seu desenvolvimento.

Essas atividades de comercialização dos produtos da agricultura familiar recebem o apoio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) cujo objetivo é apoiar os órgãos públicos oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Dentre os objetivos do PNATER estão: contribuir para a segurança e soberania alimentar, apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas.

**3. Considerações finais**

Um país com uma dimensão continental como o Brasil, de capitalismo dependente e de tendência agroexportadora, apesar de ter um potencial de produção econômica provinda de atividades agrícolas que geram divisas exorbitantes, também gera contradições gritantes em termos de concentração de capital na mão de uma parcela pequena da população enquanto uma grande parcela vive em condições de pobreza. Essa condição de pobreza nacional é histórica, envolvem principalmente as populações rurais, mas com forte presença também nas zonas urbanas, como mostram as políticas sociais de geração de renda e de acesso a alimentação, elaboradas nas décadas anteriores. Essa contradição capital-trabalho geradora de desigualdade se agravou durante a pandemia, que acabou por ampliar ainda mais a distância entre ricos e pobres, como mostram dados amplamente difundidos pela imprensa nacional e internacional que alertam para o fato de que aproximadamente 30% da população brasileira se encontra abaixo da linha da pobreza e mais de 8% na extrema pobreza, maiores percentuais nos dois grupos desde o ano de 2012.

Embora possa parecer, a pandemia agravou e explicitou essa desigualdade, mas não foi sua geradora. As políticas até aqui descritas de distribuição de renda, combate à fome, à miséria, à insegurança alimentar via incentivo à agricultura familiar na produção e comercialização de seus produtos agrícolas foram importantes na melhoria desses índices. Não resolveram o problema da miséria, pois esta é estrutural, mas amenizaram seus impactos durante os anos em que foram efetivamente implantadas e as referências bibliográficas indicadas neste texto mostram isso. Possibilitar acesso a políticas sociais desse tipo é necessário, enfrentar a miséria a que está submetida a classe trabalhadora também, mas isso exige governos que assumam a responsabilidade de minimizar os impactos da exploração capitalista e se comprometam minimamente com a justiça social. Isso passa pela distribuição de renda via política de geração de emprego e renda para os que estão nas cidades, reforma agrária que leve a população sobrante nas cidades para o campo, apoio técnico para a produção e beneficiamento dos produtos rurais, financiamentos públicos para o desenvolvimento produtivo nas propriedades da agricultura familiar, políticas de escoamento da produção via comercialização direta produtor consumidor, dentre outras ações que já se mostraram importantes.

Após o golpe 2016 que destituiu a presidenta Dilma Roussef (2010-2016) o país viu sua população ser abandonada, com a extinção de muitas dessas políticas que foram apresentadas nesse texto. A emenda constitucional (PEC55[[5]](#footnote-5)) conhecida como PEC dos gastos públicos ou como PEC do fim do mundo congelou por 20 anos os investimentos em políticas públicas. Processou-se a partir de então o desmonte das políticas diretas e indiretamente voltadas à proteção e promoção da segurança alimentar e nutricional e outros a ele vinculados.

O resultado dessa redução de investimentos nas políticas públicas ficou evidente: aumento da pobreza e da extrema pobreza. Se faz então, necessário, diante deste contexto atual, a retomada dessas ações e o enfrentamento mais contundente das desigualdades sociais, principalmente no campo, onde ainda hoje se concentram focos de pobreza e miséria, apesar da grande produção de grãos e commodities do agronegócio brasileiro.

**4. Referências**

ABREU. Mariza, alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995.

BRASIL. Ministério da Agricultura e pecuária. 2023. Exportações do agronegócio fecham 2022 com US$ 159 bilhões em vendas. Disponível em  [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas](file://C:\Users\User\Downloads\BRASIL.%20Ministério%20da%20Agricultura%20e%20pecuária.%202023.%20Exportações%20do%20agronegócio%20fecham%202022%20com%20US$%20159%20bilhões%20em%20vendas.%20%20https:\www.gov.br\agricultura\pt-br\assuntos\noticias\exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas) acesso em 13/6/2023

CONCEIÇÃO. Júnia Cristina P. R. da. Política de comercialização agrícola no Brasil. In GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Pp. 129-153

GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, Catia. PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Pp 155-180

GRISA. Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Pp. 19-50

GUARALDO, Maria Clara. Brasil pode superar a Índia em 2023 na produção de grãos. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/73611968/brasil-pode-superar-a-india-em-2023-na-producao-de-graos>

HESPANHOL. Rosangela Ap. de Medeiros. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). X Coloquio Internacional de Geocrítica. Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008. Universidad de Barcelona

HÖFLING, Eloisa De Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001 <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjpc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>

LUCIANO. Christiane dos Santos; CORREA, Pamela Barreto. A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. Revista Katálysis, v. 25, n. 3, p. 478–487, set. 2022.

PECCINI Michel Diego; HARTMANN. Luiz Carlos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Experiência das feiras livres da agricultura familiar camponesa. III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. Os sujeitos da soberania alimentar. Universidade Federal do Paraná. 2015.

SAMPAIO Jr, Plinio de Arruda. Capitalismo e fome. In ComCiência Dossiê Fome. Revista eletrônica de jornalismo cientifico. Disponível em <https://www.comciencia.br/capitalismo-e-fome/#_ftnref2> acesso 13/06/2023.

TRICHES, Rozane Marcia. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In GRISA, Catia [e] SCHNEIDER, Sergio. (Orgs) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 181-200.

Profª Drª Maria Cristina dos Santos. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos – São Carlos/SP Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Política e Educação Escolar (GEPEDUC).

Endereços:

Rua Ray Wesley Herrick, 5441. Bloco 16 Apto 101. Jardim Embaré. São Carlos-SP. CEP 13563-841. Fones: +55 (16) 997663086 e-mail: [cbezerra@ufscar.br](mailto:cbezerra@ufscar.br)

Universidade Federal de São Carlos. Rod. Washington Luís km 235 - SP-310 - São Carlos CEP 13565-905 Telefone: +55 (16) 3351-8111

1. O Plano Brasil Sem Miséria agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva à pessoas em situação de extrema pobreza. Inclui diversas ações, dentre elas, segurança alimentar e nutricional com fomento à sozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Ministério do Desenvolvimento Social. [https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/planomiseria.pdf acesso em 15/06/2023](https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/planomiseria.pdf%20acesso%20em%2015/06/2023). [↑](#footnote-ref-1)
2. O Bolsa Família é um Programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, e busca garantir a essas famílias o direito à alimentação, o acesso à educação e à saúde. Ministério do Meio Ambiente. <http://antigo.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/siderurgia-sustentavel/itemlist/category/74-bolsa-verde.html> acesso em 15/06/2023. [↑](#footnote-ref-2)
3. O Programa Brasil Carinhoso consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/brasil-carinhoso acesso em 15/06/2023](https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/brasil-carinhoso%20acesso%20em%2015/06/2023). [↑](#footnote-ref-3)
4. O Bolsa Verde é um programa que visa ajudar as famílias em situação de extrema pobreza incentivando práticas de proteção à natureza para famílias que sejam beneficiárias em áreas de prioridade de conservação ambiental. São direcionados para assentamentos, unidades de conservação da natureza e territórios ocupados por ribeirinhos. Ministério do Meio Ambiente. [https://antigo.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/siderurgia-sustentavel/itemlist/category/74-bolsa-verde.html acesso em 15/06/2023](https://antigo.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/siderurgia-sustentavel/itemlist/category/74-bolsa-verde.html%20acesso%20em%2015/06/2023). [↑](#footnote-ref-4)
5. A PEC 55 foi aprovada pelo Congresso e pelo Senado brasileiros e promulgada pelo presidente Michel Temer (2016-2018) na Emenda Constitucional nº 95, em 15 de dezembro de 2016. [↑](#footnote-ref-5)